

---

COPENHAGUE – Implementação do novo estatuto da ICANN pelo GAC – Parte 2

Domingo, 12 de março de 2017 – 11h às 12h CET

ICANN58 | Copenhague, Dinamarca

CHAIR SCHNEIDER: Por favor, ocupem seus lugares, prezados colegas, porque devemos retomar a nossa sessão. Muito bem, obrigado a todos por ocuparem seus lugares. Devemos continuar, porque o tempo está muito apressado, não sei bem exatamente como dizer em inglês. Espero que depois dos 45 minutos tenhamos tido mais clareza na situação. Então devemos saber o que queremos fazer, quais são as opções, como queremos.

Bom, se estivermos de acordo em alguma opção como é que vamos enfrentá-la. Mas há dois temas ainda pendentes, um que é muito simples e tem a ver com nomear representantes nesse processo. E a parte chave que estamos analisando agora é o tema número dois. Quero lembrar-lhe brevemente que muitos fizeram referência ao documento de Tom e não é o documento de Tom, é de Tom e meu. Eu assumi a responsabilidade política, se não gostaram de alguma coisa que apareça no documento tem que culpar o Tom e também devem me culpar.

Esse foi um esforço conjunto para tentar unir as respostas em um único documento e para poder colocar em prática alguma coisa em um tempo razoável. Então suponho que todos concordam em que não é uma tarefa simples, então eu peço que, se for necessário, me culpem e não culpem o Tom. Vamos

---

passar agora para o tema número dois. E Tom vai ler o documento. O tema é que talvez possamos perder alguns dos detalhes como propostas no documento, mas acho que não é o mais sensato. Nós temos um caso pendente que vai ter que ser resolvido pela comunidade empoderada nessa nova estrutura.

E queria propor que tentemos estar de acordo nos temas gerais que tem o documento que se deve modificar. Mas para chegar a um acordo, a um entendimento geral sobre como podemos fazê-lo e utilizar essa proposta para alteração nos estatutos fundamentais não temos um problema de fundo com o que diz. Então sabendo qual queremos que seja o resultado, se é possível ser aceita essa alteração nos estatutos fundamentais ou não, não podemos debate-lo, discuti-lo, mas estou ouvindo em geral que não há problemas. Então utilizemos ele como caso testemunha, como um ensaio para ver quais são os procedimentos provisórios preliminares que vão nos permitir cumprir o nosso papel.

E depois a reunião de Johannesburgo avaliemos o que fizemos, como, que coisas funcionaram, se saiu como pensamos, para poder aperfeiçoar, polir um pouco mais e chegar a um mecanismo que sim, se encarregue nos detalhes. Tenhamos presente que devemos estar preparados para participar, pelo menos, no fórum da comunidade que está planejado, ainda não sabemos como exatamente, ninguém sabe ainda, mas vai haver

---

um fórum da comunidade para tratar esse tema da alteração no estatuto fundamental e chegar a uma decisão. Esperamos que seja alinhada com a proposta do board que se realize a alteração, a não ser que surja alguma objeção no GAC ou em outro lugar, poderemos utilizá-lo como caso testemunha, ensaio para ver e depois experiência que vai deixar de ser teoria no papel, ver o que fazemos. Vou dizer a Tom que apresente o nosso documento.

TOM DALE:

Obrigado, Thomas. Para esclarecer o esclarecimento de Thomas, se eu posso falar assim, eu tenho que declarar que a contribuição que faz a ACIG é esse ponto. Nós somos o recurso que tem vocês para dar apoio, como duas pessoas e meia, éramos três, estava Michelle, eu e Joe que está na Austrália. E eu devo manifestar que estamos trabalhando em documentos importantes como estes, nós três.

Todos os membros da ACIG, então é um conjunto, não é apenas uma coisa que resume a minha contribuição. Então como nesse caso particular, como disse o Thomas, a presidência do GAC teve, realmente, uma participação clara quanto a direção e argumentos que fizeram parte do documento. Isso começou em Hyderabad, como já falamos, na época mencionamos as linhas que tinham que ter o debate e tudo isso foi determinado pela

---

presidência. Isso foi o que nós fizemos, não sei se os senhores lembram desse debate, como se apresentou naquele momento o material.

Então eu quero que isso fique claro porque é importante de que o GAC saiba de que parte da secretaria estão recebendo todo esse apoio. Somos bastante e espero então que possamos continuar trabalhando como para ter também a orientação da presidência. O que tem a ver com a participação do GAC na comunidade empoderada, além das coisas preliminares, eu quero que diminua aqui o slide para ver a outra parte do documento aqui na tela. Segundo o que pediu o GAC na reunião da Hyderabad, se fala da assessoria jurídica do departamento legal da ICANN.

A ideia era esclarecer o que podia fazer o GAC e que coisas não podia fazer. Quais serão os procedimentos estabelecidos para participar na comunidade empoderada, área jurídica da ICANN disse que a única restrição está nos procedimentos do GAC que tem que levar em conta os prazos estabelecidos para a ação comunitária. Isso de outra forma já está de forma alinhada com os estatutos. Então diz que os estatutos foram redigidos para permitir que todos os participantes que tomam decisões cumpram seus próprios procedimentos internos.

---

Então o GAC pode determinar quem pode apresentar uma petição, embora saiba que não vamos entrar nos detalhes desse ponto, pelo menos hoje, mas qualquer um poderia apresentar uma petição ao respeito. Também, por exemplo, o GAC pode ser uma pessoa que começa ou que apresenta uma petição se é que os procedimentos do GAC assim o permitirem. Para que fique claro, a assessoria jurídica da ICANN diz que os procedimentos pertencem ao GAC enquanto cumpram as normas do estatuto. A decisão do participante se detalha aqui e não é necessária, no caso mencionado em Thomas a sua participação, mas quero dizer que a assessoria que recebeu o GAC dá liberdade considerável para considerar quais são os procedimentos internos que vai cumprir.

A proposta que ainda está sendo analisada e que está incluída no documento depois da analisada com o presidente inclui o seguinte, em primeiro lugar alguns princípios que são os guias, que são princípios reitores para ter um enfoque visível, um sistema que não foi provado ainda. Precisamos ganhar experiência. Em segundo lugar, o GAC pode participar em temas que tenham consequências diretas ou indiretas quanto a políticas públicas. O GAC vai participar nas primeiras etapas do processo de escalonamento, esperando chegar a uma solução quando seja possível. E o GAC, a princípio, não se exclui a si

---

próprio de participar em qualquer um dos casos que tenha a ver com a comunidade empoderada.

CHAIR SCHNEIDER: Esses não são elementos novos, quero esclarecer esse ponto, mas é uma tentativa de resumir o que escutamos nas deliberações no último ano, ou inclusive um pouco mais.

TOM DALE: É muito importante mencionar isso. É verdade. O segundo conjunto de questões incorporadas nessa proposta preliminar, tem a ver com a representação do GAC na comunidade empoderada, na administração da comunidade empoderada que tem a ver com os membros dessa comunidade empoderada, que são o GAC, as outras SOs e ACs. Atualmente o presidente do GAC é quem exercer a representação neste grupo. E o documento diz que como alternativa pode existir outro representante que talvez podem ser os vice-presidentes, o GAC tem que entrar em acordo, isso pode se revisar anualmente como alternativa, se é que o presidente não pode participar.

E também um grupo pequeno de membro pode apoiar o presidente do GAC nesse novo papel, com o apoio da secretaria para que o GAC receba todas as comunicações disponíveis e também tome as decisões pertinentes. O processo de

---

informação segundo entendi não está completo ainda dentro da ICANN, então o GAC vai ter que fazer os seus maiores esforços para segurar a transparência, ou prestação de contas.

E também há diferentes propostas que tem a ver com a tomada de decisões dentro do processo de escalonamento. Primeiro nas etapas um, dois e três, quando sinaliza uma petição, pode haver um chamado em conferência. Também está o fórum da comunidade.

Nas etapas desse grupo da comunidade, deste fórum, por exemplo, neste caso pode existir uma mudança nos estatutos fundamentais que vai acontecer na próxima reunião da ICANN de Johannesburgo. Então a proposta é que o GAC participe em todas essas etapas que se concentre em trabalhar com o conjunto da comunidade para resolver os problemas, caso seja possível. E há diferentes procedimentos para isso. Também podemos entrar nos detalhes depois, caso os senhores queiram. E a última etapa tem a ver com exercício da faculdade da comunidade onde os participantes decidem de forma coletiva sobre a decisão.

Neste caso aprovar mudança do estatuto fundamental ou a remoção do número do board ou indeferimento do orçamento. O documento sugere que isso vai ser um pouco diferente das primeiras três etapas porque neste caso vamos pedir as opiniões

---

de todos os membros do GAC. Se chegamos a esta instância, tem que existir uma opinião consensuada de todos os membros do GAC sobre uma proposta bem apresentada e fundamentada pelas autoridades do GAC.

Caso exista alguma objeção formal, tem que ser debatida dentro do GAC e dentro dos processos estabelecidos nos estatutos. E se não se chega a esta posição de consenso, a sugestão é que o GAC se abstenha então de tomar uma decisão e os estatutos especificamente estabelecem que os membros podem ser absterem. Isso tem a ver com assessoramento legal dado pela ICANN a respeito desses temas.

CHAIR SCHNEIDER:

Agora queremos destacar a essência da proposta na base das deliberações que tivemos até agora. A ideia então básica é que nos primeiros três passos, etapas orientadas ao diálogo, a encontrar uma solução sem ter que exercer essas faculdades da comunidade, estabeleçam então um liminar de entrega para o GAC que seja bastante baixo. Porque seria difícil ou quase impossível para que um membro do GAC evite que o GAC participe nessa deliberação o que evite que essas deliberações tenham ou aconteçam, porque pode ser o GAC ou outro SOs ou ACs que objete esse diálogo. Então não poderia acontecer esse diálogo.

---

Então temos que levar em conta as consequências de qualquer objeção. A ideia seria resolver os problemas sem chegar a exercer esses poderes ou faculdades da comunidade para fornecer um diálogo para apoiar esse diálogo, para participar junto conosco nesse diálogo que é uma coisa totalmente diferente de chegar a etapa final onde há um mecanismo e vamos ter que tomar uma decisão, vamos fazer parte desse grupo que tome as decisões sobre aceitar a mudança ou estatuto fundamental ou rejeitá-lo. Seja o que for precisamos de um consenso para tomar essas decisões.

Se não chegamos a esse consenso restrito, se não temos um consenso, então não poderíamos dizer nem sim, nem não, nem qualquer outra coisa. São dois níveis diferentes, então a lógica da proposta tem dois níveis diferentes. Um nível mais baixo para permitir e apoiar um diálogo sem ter que chegar ao exercício da faculdade da comunidade. Quando chegamos a esta outra instância, as normas são muito restritas. Todos têm o direito de falar e todos precisam se sentir conformes com esta última etapa. Esperamos então que isso seja claro, entendível. Então agora escuto perguntas, comentários que digam o que os senhores pensam sobre essas respostas. Obrigado. França.

---

FRANÇA:

Eu acho que está equilibrado este documento. Eu acho que o importante aqui é a flexibilidade. Está no documento este ponto, nós não temos nada a falar sobre a questão de base, de fundo, questão de mérito. Sabemos que é um papel novo porque ainda não estava dentro das nossas faculdades. Somos um comitê assessor e também somos um participante de decisões. Então nesta etapa eu acho que devemos pensar nos nossos princípios.

O resto da comunidade espera a nossa participação de forma oportuna, construtiva, então devemos satisfazer essas expectativas. Minha ideia é que possamos trabalhar a nível eletrônico entre sessões, principalmente nas primeiras etapas desse processo de escalonamento.

Também é importante propor um enfoque gradativo para chegar ao consenso, especialmente nas primeiras etapas desse processo porque seria mais fácil participar e não chegar a este enfoque mais restrito do consenso quando tratemos então a etapa final de exercer essa faculdade. Após princípios que estão no documento, eu acho que é uma forma equilibrada para resumir as deliberações que tivemos até agora.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado. Aqui está o Brasil, Dinamarca, Comissão Europeia, Irã. Estou vendo isso até agora, obrigado.

BRASIL:

Obrigado, Thomas. Eu quero que esclareçam o porque da etapa quatro se recomenda que se não é possível chegar a um consenso o GAC vai se abster dos processos de tomada de decisões da comunidade empoderada. Nós entendemos que o GAC tem que decidir isso e o documento em si faz referência, depois.

Eu acho que são duas páginas antes do final, no primeiro parágrafo sobre como o GAC deve participar nesses processos, fala-se sobre uma falta de consenso entre nós e como tem que ser tratado esse ponto. Alguns membros do GAC pensam esta mesma norma que se aplica ao assessoramento do board deveria aplicar também aqui. Não só deveríamos buscar um consenso pleno, mas também outros propõe alguma forma de votação.

A minha pergunta refere-se a se não há consenso, devemos nos abster no processo de tomada de decisões? Nós voluntariamente aceitamos a questão e que se não existe um consenso pleno, que obviamente é a forma preferível de chegar a uma decisão, nós aceitamos que talvez não tenhamos nada para falar em alguma decisão que esteja sendo tomada. Nós pensamos que devemos analisar este ponto com muito cuidado, pensar em situações hipotéticas, quais poderiam ser os

---

problemas, mas aceitamos essa proposta apenas, se não chegamos um consenso teríamos que nos abster. E no começo estamos dizendo que a menos que obtenhamos esse consenso pleno não vamos ser considerados participantes. Somos participantes que tomam decisões, mas não temos uma faculdade real para tomar decisões. Levando em conta as deliberações prévias e como chegamos ao consenso, como vamos interpretar a questão do consenso, gostaria de ser esclarecido sobre este ponto.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, Brasil. Foi o representante do Brasil. Este desenvolvimento de processos para participação do GAC dentro da comunidade empoderada é uma coisa diferente do que ver diferentes níveis de assessoria do GAC. Em última instância o contexto é semelhante. Mas uma coisa não tem nada a ver com a outra. Por uma parte vemos como trabalhar quando fazemos um texto e outra é como participar em uma nova estrutura.

Essa é uma proposta que tenta dar possíveis elementos para ver como este sistema gradativo funcionaria no futuro. Isso não significa que esta seja a versão final, mas o que estamos fazendo é tratar de introduzir elementos mencionados em deliberações prévias. Pelo menos alguns membros disseram que caso o GAC participe na etapa final, então deveriam existir restrições ou

---

formas bem restritas de participar. Porque há algumas preocupações sobre que o GAC tenha o papel que não deveria ter. Então estes são alguns elementos, apenas, que nós estamos propondo, a forma de condições ou princípios que orientem a nossa participação nesta nova estrutura.

Claro que devemos ver também cada uma das propostas apresentadas neste documento, inclusive em uma versão posterior. O que eu quero conseguir agora é que se manifestem sobre qual a ideia geral, a lógica deste documento, preparado por Tom, pela secretaria da ACIG. Este grupo australiano de memória contínua, ACIG. Desculpe, isso foi apenas uma piada interna.

Por exemplo, França se manifestou a favor das linhas gerais deste documento, mas não acredito que o comentário do representante da França seja a favor de todos os pontos aqui apresentados. De todas as formas, estes comentários são bem-vindos porque ajudam a ver quais são, em última instância, soluções possíveis ou não. Por favor, apresentem seus pontos de vista a nível geral depois entraremos em maiores detalhes sobre que elementos preferem como dentro das propostas. Me desculpem, eu falei muito.

---

DINAMARCA:

Muito obrigado, Thomas, obrigado também a secretaria por preparar este documento que é um bom começo, um bom ponto de partida. Eu quero fazer alguns comentários iniciais sobre o que se falou até agora. Na primeira página se diz que temos uma obrigação formal, entre outras coisas, de iniciar uma petição. Eu acho que temos o direito, a possibilidade. Não acho que o GAC tenha qualquer obrigação neste ponto. Então eu acho importante que esta ideia fique registrada.

Quanto aos princípios reitores, eu tenho algumas dúvidas, não fica claro o que quer dizer esta questão de políticas ou consequências indiretas em matéria de polícia pública. Eu não sei o que pode ter um impacto direto em questões de política pública. Depois temos que ver se deveríamos nos excluir de exercer todas as faculdades outorgadas ou conferidas. E para ser sincero, não seria fácil para o GAC remover um dos membros do board. Então talvez poderíamos nos excluir dessa possibilidade. Então eu proporia eliminar essa parte.

Ou seja, ter uma declaração na qual tratemos claramente questões de políticas públicas de forma direta ou que tenham consequências em matéria de políticas públicas. Eu acho que com isso seria suficiente. Também é importante que o presidente seja representante do GAC nesta comunidade. Então por que ter uma revisão anual? É apenas uma pergunta.

---

Também aqui se fala de um pequeno grupo, não fica claro para mim qual será a composição desse grupo. Será que vai ter três, quatro membros? Todos vão fazer parte do grupo? Precisaria receber um esclarecimento sobre este tema. Também percebo que se apresenta a ideia de que o GAC participe de uma forma mais leve nas etapas um, dois e três. Para a Dinamarca é importante que se chegássemos a parte de tomadas de decisões, então tem que ser com consenso. E para nós isso significa consenso pleno dentro do GAC.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado.

COMISSÃO EUROPEIA: Obrigado e obrigado por preparar este documento. Nós, o grupo de membros europeu, analisamos alguns fatores que se correspondem com o que está sendo apresentado atualmente. É claro que vamos trata-lo com mais detalhe no nosso grupo de coordenação da União Europeia. E esperamos, no final do dia de hoje ou amanhã, compartilhar as nossas perspectivas. Mas são bastantes similares ao que está se apresentando de forma escrita neste momento. Também queria fazer referência aos comentários do Brasil, Dinamarca e França.

---

Eu entendo a consideração, a preocupação colocada pelo delegado do Brasil, acerca de uma posição por consenso. Por outra parte, não estamos falando em assessoria ao board neste momento. Então sempre que o GAC participe nessas etapas, tem que ter uma posição clara. Então votar a favor, em contra ou se abster é algo que deve ficar bem claro. Não está se conferindo um mandato ao representante do GAC que supomos que será o presidente, mas é uma posição que tem que adotar o GAC. Uma coisa é dizer para o presidente do GAC: “o senhor tem que fazer essa coisa ou aquela, esse é o seu mandato”.

E por outro lado temos essas instâncias que são verdadeiramente sérias. Portanto quando o GAC tenha que votar para nós, deve ser por consenso. Se isso não acontecer no prazo necessário, provavelmente tenhamos que nos abster. Como já disse, não quero entrar em detalhe nesse momento, mas como comentário inicial, queria compartilhar esses pontos de vista.

IRÃ:

Obrigado, Thomas. Em primeiro lugar não queremos começar a culpar aqui ninguém, mas precisamos de um procedimento. Na coluna à esquerda, poderíamos substituir ACIG por presidente do GAC. Essa é a pessoa responsável. O senhor, como presidente do GAC, é quem propõe os documentos para as deliberações. Quer dizer que o seu nome deve estar ali.

---

Em segundo lugar, quando agimos em nome do GAC devemos contar com a aprovação do GAC. Então não pode colocar uma pergunta com o seu próprio nome, não pode pedir ao comitê de assuntos legais da ICANN se há restrições, etcetera. O senhor, como presidente, pode fazê-lo, mas em seu próprio nome e não em nome do GAC. Não estamos dando um cheque em branco para que faça o que quiser em nome do GAC.

Em terceiro lugar, esse documento é um ponto de partida, mas deve se continuar com as deliberações e devemos ver a modalidade dessas deliberações. Essa é uma questão muito séria decorrente de dez meses de intensas deliberações e não podemos proceder de maneira leve. Devemos pensar que isso é muito importante, precisamos de um procedimento por escrito sobre como será implementado isso. E com relação ao consenso que se coloca na última parte, deveríamos escrever consenso entre aspas para ver o que fazemos com a definição de consenso. Não estamos falando em pleno consenso, mas consenso geral. Muito obrigado. Sim esse é um ponto de partida, mas precisamos de maior deliberação, simplificação, racionalização, revisão, para que isto fique em consonância com os estatutos.

---

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado. Todo o documento enviado por ACIG é enviado sob pedido dos líderes do GAC e em última análise é a minha responsabilidade. Então Tom ou nenhum outro membro do ACIG envia o documento que quiser. Somos nós, na equipe de líderes do GAC ou eu próprio, solicitamos que gerem esse documento. Então em última análise a responsabilidade é nossa como equipe de líderes e minha como presidente do GAC.

Com relação as perguntas que solicitamos a Tom para apresentar ao departamento de legais da ICANN, bom, essa não é uma iniciativa nossa, mas nos solicitaram que pedíssemos esclarecimento ao departamento de assuntos legais da ICANN. Esse é um ponto de partida ou talvez seja a segunda instância inicial, porque começamos na reunião em Hyderabad, mas esse documento se baseia em tudo quanto foi feito em Hyderabad, o que deliberamos lá. E essa não é a instância final, mas a etapa inicial de todo esse processo. Acho que deveríamos estar prontos.

E claro que essa não é uma decisão minhas, mas do GAC, preparados para participarmos nessas instâncias, nesses processos que serão levados a cabo nas próximas reuniões. Devemos ver quem pode realizar cada ação, etcetera, daqui até a reunião em Johannesburgo, de forma tal que se for realizado, se for da comunidade em Johannesburgo, estejamos prontos e não evitemos esse processo e também possamos participar.

---

A Comissão Europeia diz que sim, que fica claro, muito bem, este não é o mandato para o presidente do GAC. E é claro que o presidente do GAC não faz o que tiver vontade, mas deve seguir uma decisão, ou melhor, comunicar uma decisão adotada pelo GAC. Isto fica claro, é o GAC quem decide. E por enquanto é o presidente quem formalmente comunica essa decisão. Essa decisão não é uma decisão do presidente, nem do representante, na comunidade empoderada, mas uma decisão do GAC.

BRASIL:

Muito obrigado, Thomas. Desculpe, porque volto a tomar a palavra sobre o mesmo tema. Deveria haver começado agradecendo ao senhor e também a secretaria de ACIG por preparar esse documento que é um ponta pé inicial. Acho que mostra o que expressamos no passado. Antes, na minha intervenção, eu me foquei no consenso proposto para a tomada de decisões finais ao exercer esse poder da comunidade. E fiz referência a uma deliberação prévia a respeito da assessoria do GAC ao board porque mais ou menos são similares essas situações. Não entendo porque devemos ficar com as mãos amarradas por algumas restrições que talvez, para o futuro possamos abordar de alguma maneira.

---

Lamento dizer que tomamos uma decisão errada a respeito da assessoria por consenso, enviado ao board. Agora estamos tentando salvar o erro, já é impossível porque a redação dos estatutos já não nos permite essa flexibilidade. Poderíamos dizer a menos que tenhamos consenso, vamos nos abster e no futuro veríamos outra possibilidade.

Por exemplo, porque já estamos pensando que vamos nos excluir de algumas situações e não de outras? Por exemplo, para remoção de um membro do board, isso pode se tratar de uma questão ética ou de um delito. Então por que o GAC tem que se abster de participar? Por que temos que dizer que vamos participar somente se houver consenso? Talvez em algum caso algum participante ou país ao seu nome se veja limitado a se aderir ao consenso.

Acho que não devemos tomar decisões aceleradas, mas devemos ver essas coisas para futuro porque talvez, quando queiramos solucioná-las seja tarde demais. Acho que agora é tarde para tentar encontrar uma saída a essa objeção, apresentação de uma objeção. Uma objeção é uma objeção, apresentamos um texto onde se fala de consenso e já não podemos voltar atrás. E quero que evitemos a mesma situação.

---

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado ao representante do Brasil. Estamos limitados, pelo menos a ter a reunião de Johannesburgo. E a deliberação do consenso da assessoria do GAC não tem nada a ver com esse procedimento que estamos realizando. Agora poderíamos dizer que uma maioria simples é suficiente para exercer as faculdades conferidas a comunidade. Muito bem, talvez possamos acordar isso, porque basicamente enquanto não formos contra o que dizem os estatutos, podemos nosso organizar.

Há outros colegas que pedem a palavra. Vejo que também está a equipe de revisão de confiança, competência e eleição dos consumidores, não quero me atrasar. Talvez continuemos com esse tema apresentando comentários de maneira eletrônica, através dos meios. E também vamos tentar conseguir algo mais simples, claro e fácil de compreender a respeito da implementação dos estatutos em matéria da assessoria do GAC.

Agora queria falar sobre a participação do GAC na comunidade empoderada. Até o momento não ouvi que ninguém se oponha a lógica dessa proposta. Então, basicamente, estaríamos a favor do diálogo nos primeiros três passos do processo. A nossa intenção é participar. E queríamos que existisse certa flexibilidade.

E participaríamos até a reunião em Johannesburgo sem diretrizes claras a respeito do processo. Mas, mesmo assim, a nossa

---

intenção é que isso aconteça e chegar até a reunião em Johannesburgo e nessa instância vamos ter uma nova oportunidade de ver esse tema.

O board nos está pedindo que aceitemos uma alteração aos estatutos fundamentais. Neste caso, decidiremos melhor o que fazer neste último passo das instâncias de faculdades conferidas à comunidade. Então vamos ter tempo de ver isso em Johannesburgo ou a partir de agora até a reunião em Johannesburgo, porque se eu entendi bem, o fórum da comunidade... Bom, são 21 dias. O fórum da comunidade vai ter uma duração de 21 dias. Então qual desses 21 dias vai ser em Johannesburgo, no início, no final. Mas ao menos que alguém apresente uma objeção, dou por entendido que temos a vontade de participar nessa instância até que se faça o fórum da comunidade em Johannesburgo. E agora vamos continuar vendo os documentos. Então isso iremos estabelecendo prioridades.

IRÃ:

Não tenho objeções, mas o senhor está misturando as duas situações, está falando de algo que você mencionou ontem como inocente, uma coisa inocente. E temos este caso do outro lado. Este caso, em particular, não tem nenhum problema, não há dificuldade.

---

CHAIR SCHNEIDER: Não, não estou misturando as coisas. Justamente estou marcando diferenças. Muito bem, dito isso, vamos concluir esta sessão e vamos convidar os membros da equipe de revisão de competência, confiança e eleição dos consumidores.

CANADÁ: Sim, muito obrigada senhor presidente. Estamos de acordo em proceder como disse nas primeiras etapas. E como disse a Dinamarca tem que haver fundamentos sobre política pública que sejam bem claros para tomar decisões.

CHAIR SCHNEIDER: Sim, sem dúvida agora. Mas temos tempo até esse momento, mas deve ser bem utilizado porque vai ser tarde demais. Por favor. Jonathan, por favor. Peço a todos que estamos tentando...

**[FIM DA TRANSCRIÇÃO]**